

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 845, DE 2020

Dispõe sobre a suspensão das visitas no sistema prisional e a realização de testes para detecção da Covid-19 em toda a população presidiária, a ser realizada e monitorada pelos serviços de saúde componentes do SUS.

Autor: Deputado ARLINDO CHINAGLIA

Relatora: Deputada REJANE DIAS

I - RELATÓRIO

O projeto em análise determina a suspensão de visitas a pessoas encarceradas enquanto durar a pandemia de coronavírus. Determina que o Sistema Único de Saúde realize a testagem, o diagnóstico e o isolamento de pessoas positivas, presidiários e trabalhadores dos presídios, a fim de evitar a disseminação descontrolada da Covid-19 pelo tempo em que as medidas forem necessárias. O Autor chama a atenção para o imenso risco do ambiente prisional, com aglomeração e perigo de que a doença venha a ser transmitida pelos visitantes e tenha propagação incontrolável. Assim, a suspensão das visitas é um passo inicial que, associada à testagem e isolamento, pode reduzir o risco de transmissão nesses locais.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental. A proposta será analisada em seguida pelas Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rejane Dias

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213309403200>



* CD213309403200 *

II - VOTO DA RELATORA

O projeto do Deputado Arlindo Chinaglia tem caráter emergencial e deve, como ele mesmo enfatiza, ser adotado por tempo determinado. A verdade é que o ambiente das prisões é propício para a disseminação da Covid-19, como de tantas outras doenças infectocontagiosas e mesmo parasitárias. Porém, a iniciativa foi apresentada quando não se dispunham de vacinas, quadro bastante diverso do atual.

Reconhecendo a grande possibilidade de transmissão de doenças no ambiente, o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 destaca como prioridade imunizar, em 17º e 18º lugares, as 753 mil pessoas privadas de liberdade e os quase 110 mil trabalhadores do sistema carcerário, no contexto da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional. Enquanto a totalidade dessa população não estiver imunizada, a medida sugerida pode ser importante para a redução do risco.

Porém, acreditamos que as condições em que a transmissão é reduzida podem ser alcançadas em determinadas unidades, de acordo com as características locais. Por esse motivo, a suspensão talvez pudesse ser cancelada antes do encerramento da Emergência em Saúde Pública de Interesse Nacional causada pelo coronavírus, que pode durar ainda bastante tempo e ser diversa das condições mundiais. Em nosso ponto de vista, as normas regulamentadoras e as análises técnicas podem disciplinar a questão, estabelecendo parâmetros para que a visitação possa ser retomada.

Como afirma o projeto, devem ser assegurados a testagem, isolamento e diagnóstico, bem como tratamento adequado aos doentes, ao mesmo tempo em que se vacina. Outro ponto importante a acrescentar ao projeto é a garantia de acesso a meios de higienizar as mãos e álcool em gel, além do oferecimento dos equipamentos de proteção individual, principalmente máscaras.

Considerando esses pontos, acreditamos ser adequado propor um substitutivo que enfatize a importância da vacinação desse grupo e de acesso a medidas de proteção. Diante disso, manifestamos o voto pela



aprovação do Projeto de Lei 845, de 2020, nos termos do substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2021.

Deputada REJANE DIAS
Relatora



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rejane Dias
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213309403200>



COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI 845, DE 2020

Dispõe sobre as visitas no sistema prisional durante a Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta lei dispõe sobre as medidas sanitárias e de proteção individual e coletiva contra a Covid-19 a serem adotadas nas visitas no sistema prisional durante a Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus.

Art. 2º. As unidades do Sistema Prisional deverão observar as seguintes medidas sanitárias e de proteção contra a Covid-19 na realização de visitas às unidades prisionais, até que seja atingido nível adequado de testagem, isolamento e imunização da população privada de liberdade e dos trabalhadores do sistema de privação de liberdade, observadas as regras regulamentares:

I – Verificação da temperatura dos visitantes;

II – Disponibilização de máscara e material para higienização das mãos e ambientes para utilização pelos visitantes e pessoas privadas de liberdade;

III – Distanciamento mínimo de segurança;

Parágrafo único. A visita para pessoa com comorbidade ou acima de 60 anos está autorizada desde que comprovada sua imunização completa, com 2 (duas) doses ou dose única da vacina contra Covid-19, há mais de 14 dias;



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rejane Dias

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213309403200>



* C D 2 1 3 3 0 9 4 0 3 2 0 0 *

Art. 3º A União, Distrito Federal e Estados poderão suspender as visitas nas unidades prisionais em seu território, por recomendação e orientações das autoridades sanitárias, com base em critérios técnicos e científicos devidamente publicizados, o que deverá constar em ato do respectivo Chefe do Poder Executivo, especialmente em casos de aumento descontrolado do número de casos e mortes por COVID-19; alta taxa de ocupação de leitos de UTI no estado, dentre outros fatores justificadores

Art. 4º. O Poder Público fornecerá às unidades do sistema prisional recursos materiais e financeiros necessários para a execução de medidas de prevenção previstas no art. 2º.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2021.

Deputada REJANE DIAS
Relatora



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rejane Dias
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213309403200>



* C D 2 1 3 3 0 9 4 0 3 2 0 0 *